

Fatores que interferem na cobertura vacinal no SUS: uma revisão integrativa

Factors that interfere vacinal coverage in SUS: an integrative review

Factores que interfieren en la cobertura vacunal en SUS: una revisión integradora

RESUMO

Objetivo: Identificar na literatura científica os fatores que interferem na cobertura vacinal no Sistema Único de Saúde. Método: Trata-se de uma revisão integrativa da literatura realizada nas bibliotecas SciELO e BVS com ênfase nos artigos indexados nas bases de dados BDNF, LILACS, MEDLINE, entre os anos de 2016 a 2021. Resultados: A amostra resultou num total de 22 artigos, através dos quais foi possível identificar uma totalidade de 21 fatores com predominância de hesitação vacinal, baixa escolaridade, Fake News, déficit de insumos, dificuldade com o sistema de informação, dentre outros. Considerações finais: Conclui-se que esses obstáculos podem desencadear desfechos desfavoráveis quanto à eficácia do Programa Nacional de Imunizações e exige análises constantes de como esses fatores interferem na eficácia da cobertura vacinal conforme a peculiaridade situacional do campo envolvido e seus possíveis condicionantes.

PALAVRAS-CHAVES: Imunização. Cobertura Vacinal. Programas de Imunização.

ABSTRACT

Objective: To identify in the scientific literature the factors that interfere with vaccination coverage in the Unified Health System. Method: This is an integrative literature review carried out in the SciELO and BVS libraries with emphasis on articles indexed in the BDNF, LILACS, MEDLINE databases, between the years 2016 to 2021. Results: The sample resulted in a total of 22 articles, through which it was possible to identify a total of 21 factors with a predominance of vaccine hesitation, low education, Fake News, shortage of inputs, difficulty with information system, among others. Final considerations: It is concluded that these obstacles can trigger unfavorable outcomes regarding the effectiveness of the National Immunization Program and requires constant analysis of how these factors interfere in the effectiveness of vaccine coverage according to the situational peculiarity of the field involved and its possible conditions.

KEYWORDS: Immunization. Vaccine Coverage. Immunization Programs.

RESUMEN

Objetivo: Identificar en la literatura científica los factores que interfieren en la cobertura de vacunación en el Sistema Único de Salud. Método: Se trata de una revisión bibliográfica integradora realizada en las bibliotecas SciELO y BVS con énfasis en artículos indexados en las bases de datos BDNF, LILACS y MEDLINE entre 2016 y 2021. Resultados: La muestra resultó en un total de 22 artículos, a través de los cuales fue posible identificar un total de 21 factores con predominio de indecisión vacunal, baja escolaridad, Fake News, déficit de insumos, dificultad con el sistema de información, entre otros. Consideraciones finales: Se puede concluir que estos obstáculos pueden conducir a resultados desfavorables en términos de la eficacia del Programa Nacional de Inmunización y requieren un análisis constante de cómo estos factores interfieren en la eficacia de la cobertura de vacunación de acuerdo con la situación específica del campo involucrado y sus posibles factores condicionantes.

PALABRAS CLAVE: Inmunización. Cobertura de Vacunación. Programas de Inmunización.

RECEBIDO EM: 15/06/2023 APROVADO EM: 03/08/2023

Como citar este artigo: Borburema MM; Silva LS; Oliveira RCC; Ramos IFF; Freire WT; Silva IBN; Silva WG; Oliveira AEC. Fatores que interferem na cobertura vacinal no SUS: uma revisão integrativa (Edição Brasileira) [Internet]. 2023 [acesso ano mês dia];13(88):13502-13517. Disponível em:

DOI: 10.36489/saudecoletiva.2023v13i88p13502-13517

Revisão de Literatura

Myllena M. Borburema; Laís S. da Silva; Rita de C.C. de Oliveira; Isabelle F.F. Ramos; Wilma T. Freire; Ingrid B.N. Silva; William G. da Silva; Ana E.C. de Oliveira
Fatores que interferem na cobertura vacinal no SUS: uma revisão integrativa

- ID Myllena Medeiros Borburema**
Enfermeira. Centro Universitário de João Pessoa. ORCID: 0000-0002-9504-4369
- ID Laís Souza da Silva**
Enfermeira. Centro Universitário de João Pessoa. ORCID: 0009-0000-6713-5565
- ID Rita de Cassia Cordeiro de Oliveira**
Enfermeira. Doutorado pela UFPB/PPGENF. Pós-Doutorado pela USP. Docente do Centro Universitário de João Pessoa. ORCID: 0000-0001-7881-271X
- ID Isabelle Freitas Felipe Ramos**
Enfermeira. Centro Universitário de João Pessoa. ORCID: 0009-0002-3220-1555
- ID Wilma Tatiane Freire; Ingrid Bergmam do Nascimento Silva**
Enfermeira. Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Pós-graduanda em cardiologia e Hemodinâmica e terapia intensiva. ORCID: 0000-0003-4646-0478
- ID William Gomes da Silva e Ana Eloísa Cruz de Oliveira**
Fisioterapeuta com especialização em saúde da mulher e fisioterapia neurológica adulto. Acadêmico do curso de Medicina. Centro Universitário UNINORTE. ORCID: 0000-0002-9950-9178
- ID Ana Eloísa Cruz de Oliveira**
Enfermeira. Especialização em Saúde Pública e Atenção Primária à Saúde com ênfase em Saúde da Família. Mestrado e Doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Modelos de Decisão e Saúde - PPGMDS/UFPB. Docente do Centro Universitário de João Pessoa. ORCID: 0000-0002-3827-036X

INTRODUÇÃO

A imunização é umas das intervenções de saúde que permite o controle e a erradicação de diversas doenças imunopreveníveis, isso contribui para a diminuição da morbimortalidade por agravos específicos, sendo a sua utilização bastante custo-efetiva¹. Ser vacinado confere que está imunizado, para isto é necessário um processo que envolve atividades de imunização e plenitude nos procedimentos².

O Programa Nacional de Imunizações (PNI) foi criado pelo Ministério da Saúde (MS) no ano de 1973, com a finalidade de planejar e coordenar, de forma compartilhada com as secretarias estaduais e municipais de saúde, as ações voltadas para a imunização da população, para erradicar doenças como a varíola, poliomielite, difteria, coqueluche, tétano, febre amarela, entre outras^{3,4}.

Concernente ao princípio organizativo da descentralização, o PNI atua na articulação da rede, garantindo a hierarquização e integração quando demanda a discussão permanente sobre normas, metas e resultados na operação conjun-

ta das três esferas de gestão⁴. Portanto, o PNI enquanto política pública, tem o intuito de tornar os serviços de saúde mais eficientes, com a oferta de atenção mais resolutiva e qualificada no âmbito da imunização, visando a solução dos problemas prevalentes de saúde do indivíduo, família e comunidade³.

Para isso, são garantidos pela rede pública de saúde, de todo o país, cerca de 19 tipos de vacinas, cuja proteção contempla desde os recém-nascidos, se estendendo por toda a vida. Ao todo são disponibilizadas 300 milhões de doses das vacinas incluídas no Calendário Nacional de Vacinação (CNV), através de variadas estratégias, incluindo vacinação de rotina, campanhas, bloqueios vacinais e ações extramuros. Além de vacinas, ofertam-se soros e imunoglobulinas nos Centros de Referência para Imunobiológicos Especiais (CRIE), que atendem indivíduos portadores de condições clínicas especiais⁵.

As ações do PNI junto com outras de vigilância em saúde, resultaram no controle ou até mesmo na erradicação de doenças imunopreveníveis nas últimas décadas, como a varíola. Paradoxalmen-

te a isso, existem muitos desafios a serem superados na busca por uma cobertura vacinal satisfatória, como a percepção enganosa da população de que não é preciso vacinar devido a esse desaparecimento de algumas doenças⁶.

Dessa forma, observa-se a necessidade de conhecer os fatores que interferem na cobertura vacinal no SUS, subsidiando a tomada de decisão de gestores e profissionais de saúde no processo de monitoramento, planejamento e avaliação de intervenções na área. Assim, será possível fortalecer o vínculo e a confiança da sociedade nas vacinas de distribuição pública, além de ampliar a adesão da população à vacinação e elevar as coberturas vacinais.

Afinal, a imunização é a única garantia de que as doenças erradicadas não voltem e a adesão da população é fundamental diante desse contexto⁷. Portanto, a partir de tal cenário, levanta-se a seguinte questão norteadora: Quais os fatores que interferem na cobertura vacinal no SUS? Nessa lógica, o objetivo do estudo foi identificar na literatura científica os fatores que interferem na cobertura vacinal no Sistema Único de Saúde.

MÉTODO

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, que inclui a análise de pesquisas relevantes de estudos anteriores, dando suporte para a tomada de decisão e a melhoria da prática clínica, assim como a identificação de lacunas que direcionam para o desenvolvimento de futuras pesquisas. Para a realização da revisão foi necessário seguir padrões de rigor metodológico seguindo as etapas de identificação da questão da pesquisa, estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão, definição das informações a serem extraídas, avaliação dos estudos incluídos, interpretação dos resultados e, por fim, a apresentação da revisão⁸.

Para a elaboração da questão norteadora desta pesquisa foi utilizada a estratégia PICO, representada pelos usuários do SUS como paciente, as ações de imunização como intervenção, a busca pelos fatores que interferem na queda do ICV como o controle, e a integração desses fatores para evidenciar os possíveis desfechos, como melhoria da prática de imunização no Brasil. Dessa forma, a partir de tal cenário, levanta-se a seguinte questão norteadora: **Quais os fatores que interferem na cobertura vacinal no SUS?**

A busca ocorreu no mês de março de 2021 através das bibliotecas: Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) com ênfase nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Medical Literature Analysis and Retrieval System online (MEDLINE) e na Base de Dados de Enfermagem (BDENF). Foram utilizadas combinações de descritores em saúde com auxílio do operador booleano AND, da seguinte forma: “Imunização AND Cobertura Vacinal AND Programas de Imunização” e “Cobertura Vacinal AND Imunização”.

Os critérios de inclusão da amostra foram: artigos disponíveis gratuitamente e na íntegra (free full text), em língua portuguesa, publicados entre os anos 2016 e 2021 e que abordassem contribuições

para o objetivo proposto no presente estudo. Foram excluídos da busca as teses, dissertações e monografias, bem como os artigos que não se encontravam disponíveis na íntegra gratuitamente e os que estavam repetidos nas bases de dados consultadas.

A coleta, interpretação e síntese de dados foram realizadas conforme a recomendação do checklist Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and MetaAnalyses (PRISMA), que consiste em uma lista de verificação de 27 itens e um diagrama de fluxo de quatro fases. A lista de verificação inclui itens considerados essenciais para o relato transparente de uma revisão sistemática de outros tipos de pesquisa para avaliar os benefícios e danos de uma intervenção de saúde⁹.

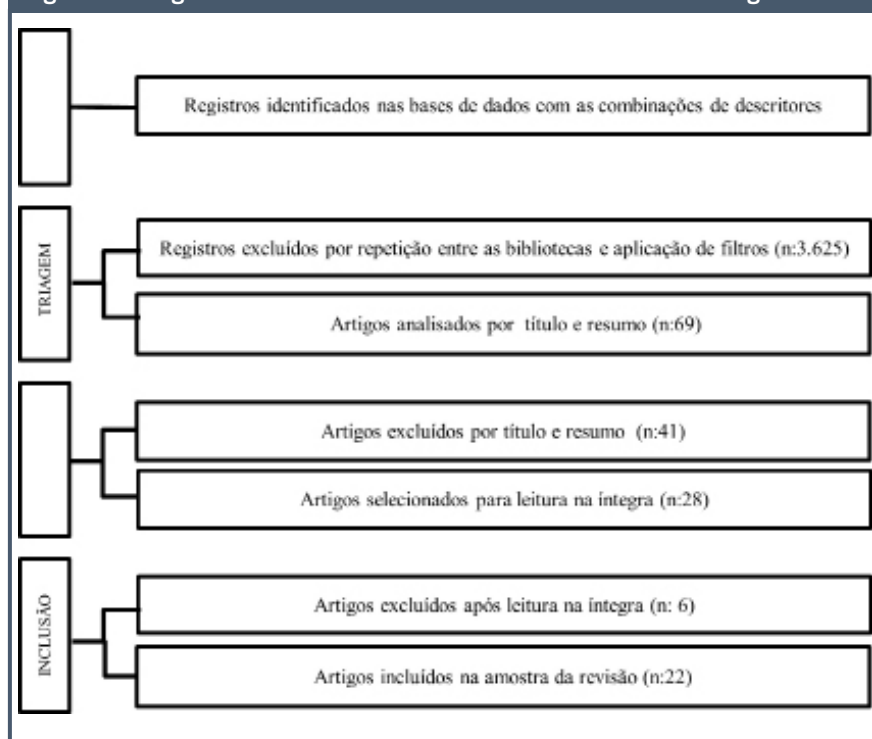
Por se tratar de revisão integrativa da literatura, esta pesquisa não necessitou de aprovação prévia do Comitê de Ética em pesquisa (CEP), conforme a Resolução nº466/12 (CNS/MS), visto que todos os dados estarão disponíveis para o livre acesso da população, não exigindo sigilo ético¹⁰.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O percurso para a obtenção dos dados e organização da revisão se deu a partir de duas combinações de descritores. A combinação composta por “Imunização AND Cobertura Vacinal AND Programas de Imunização” gerou um somatório de 863 achados na BVS e 35 na SciELO. Após aplicação de filtros, critérios de inclusão e exclusão, eliminação dos artigos repetidos entre as bibliotecas e leitura de título e resumo, restaram 19 artigos para leitura na íntegra.

Com relação a segunda combinação, que foi “Cobertura Vacinal AND Imunização”, foram obtidos resultados de 2.697 na BVS e 99 na SciELO, onde foram submetidos aos critérios de triagem elencados previamente, resultando em 9 artigos para leitura na íntegra. Com base na interpretação e síntese de dados dos 28 artigos lidos na íntegra, a coleta da amostra desta pesquisa resultou na inclusão de um total de 22 artigos, como apresentado na figura 1.

Figura 1 - Diagrama PRISMA dos estudos incluídos na revisão integrativa:



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Revisão de Literatura

Myllena M. Borburema; Laís S. da Silva; Rita de C.C. de Oliveira; Isabelle F.F. Ramos; Wilma T. Freire; Ingrid B.N. Silva; William G. da Silva; Ana E.C. de Oliveira
Fatores que interferem na cobertura vacinal no SUS: uma revisão integrativa

Uma vez finalizada a seleção da amostra do estudo, a mesma foi caracterizada conforme base de dados dos 22 artigos elencados, seus respectivos autores, título, periódico, ano de publicação e metodologia da pesquisa, como descrito no Quadro 1.

Diante da análise da amostra e suas características, observou-se que em relação à base de dados, predominaram onze artigos na base de dados SCIELO e seis artigos na LILACS. Quanto ao periódico, destacou-se o Cadernos de Saúde Pública, onde apresentou uma frequência de quatro artigos nesta revisão. No que se refere aos anos de tais publicações, destacaram-se os anos de 2017 e 2021 com cinco e quatro artigos, respectivamente.

A maioria dos estudos teve enfermeiros como autores e, no tocante à delimitação da pesquisa, observou-se a predominância de estudos transversais com abordagens mistas. Nesse sentido, constatou-se que a metodologia dos artigos foi bem variada, algo que se espera de uma revisão integrativa devido sua abordagem ampla, proporcionando uma compreensão mais completa do tema de interesse.

O indicador de cobertura vacinal avalia a vulnerabilidade dos indivíduos em adquirirem doenças imunopreveníveis. Como fator que interfere na cobertura vacinal, destaca-se também o aumento da disseminação de notícias falsas nas redes sociais, conhecidas como fake News. A

disseminação em massa de informações, muitas vezes errôneas, aumentam a resistência relacionada à vacina. Esta problemática é agravada quando as informações são acessadas por mães adolescentes, visto que é um público com mais acesso aos veículos de informações predominantes na atualidade, como as redes sociais, caracterizadas por alto teor de informações com baixo nível de evidência ou campanhas contra a vacinação^{16,17,18}.

Ademais, o aumento de informações sobre saúde compartilhadas de forma incorreta, tem fortalecido o movimento anti-vacina, visto que essa não é uma prática nova, sendo tão antiga quanto a própria vacinação. As consequências desse movimen-

Quadro 1 - Síntese de artigos conforme base de dados, autor, título, periódico, ano de publicação e metodologia da pesquisa, João Pessoa, Paraíba, Brasil, 2021. (n = 22):

BASE DE DADOS	AUTOR	TÍTULO	PERIÓDICO	ANO	METODOLOGIA DA PESQUISA
SCIELO	ARRELIAS, C. C. A. <i>et al.</i> ¹¹	Vacinação em pacientes com diabetes mellitus na atenção primária à saúde: cobertura e fatores associados	Revista Gaúcha de Enfermagem	2017	Estudo transversal
LILACS	MARTINS, J. R. T. <i>et al.</i> ¹²	O cotidiano na sala de vacinação: vivências de profissionais de enfermagem	Avances en Enfermería	2019	Estudo de casos múltiplos holístico-qualitativo
BDENF	VIEGAS, S. M. S. <i>et al.</i> ¹³	Preciso mesmo tomar vacina? Informação e conhecimento de adolescentes sobre as vacinas	Avances en Enfermería	2019	Estudo epidemiológico transversal e descritivo
BDENF	PEREIRA, G.F. <i>et al.</i> ¹⁴	Estratégias para a continuidade das imunizações durante a pandemia de COVID-19 em Tucuruí, PA	Revista Nursing	2021	Estudo descritivo, do tipo Relato de Experiência
SCIELO	SILVA, F. S. <i>et al.</i> ¹⁵	Incompletude vacinal infantil de vacinas novas e antigas e fatores associados: coorte de nascimento BRISA, São Luís, Maranhão, Nordeste do Brasil	Cadernos de Saúde Pública	2018	Estudo de coorte prospectiva

SCIELO	ARROYO, L. H. <i>et al.</i> ¹⁶	Áreas com queda da cobertura vacinal para BCG, poliomielite e tríplice viral no Brasil (2006-2016): mapas de heterogeneidade regional	Cadernos de Saúde Pública	2020	Estudo ecológico
SCIELO	DOMINGUES, C.M.A.S. <i>et al.</i> ¹⁷	46 anos do Programa Nacional de Imunizações: uma história repleta de conquistas e desafios a serem superados	Cadernos de Saúde Pública	2020	Estudo descritivo do tipo "estudo de caso"
SCIELO	SATO, A.P.S. <i>et al.</i> ¹⁸	Cobertura vacinal e fatores associados à vacinação contra influenza em pessoas idosas do Município de São Paulo, Brasil: Estudo SABE 2015	Cadernos de Saúde Pública	2020	Estudo transversal de base populacional
SCIELO	FONSECA, K.R; BUENAFUENTE, S.M.F.	Análise das coberturas vacinais de crianças menores de um ano em Roraima, 2013-2017	Epidemiologia e Serviços de Saúde	2021	Estudo descritivo
LILACS	MACIEL, J.A.P. <i>et al.</i> ²⁰	Análise do estado de cobertura vacinal de crianças menores de três anos no município de Fortaleza em 2017	Revista Brasileira de Medicina da Família e Comunidade.	2019	Pesquisa transversal de base populacional
SCIELO	BRITO, W.J; SOUTO, F.J.D. ²¹	Vacinação universal contra hepatite A no Brasil: análise da cobertura vacinal e da incidência cinco anos após a implantação do programa	Revista Brasileira de Epidemiologia	2020	Estudo de dados secundários
SCIELO	MOURA, L.L. <i>et al.</i> ²²	Cobertura da vacina papilomavírus humano (HPV) no Brasil: heterogeneidade espacial e entre coortes etárias	Revista Brasileira de Epidemiologia	2021	Estudo de corte
SCIELO	BARCELOS, R.S. <i>et al.</i> ²³	Cobertura vacinal em crianças de até dois anos de idade beneficiárias do Programa Bolsa Família, Brasil	Epidemiologia e Serviços de Saúde	2021	Estudo longitudinal

Revisão de Literatura

Myllena M. Borburema; Laís S. da Silva; Rita de C.C. de Oliveira; Isabelle F.F. Ramos; Wilma T. Freire; Ingrid B.N. Silva; William G. da Silva; Ana E.C. de Oliveira
Fatores que interferem na cobertura vacinal no SUS: uma revisão integrativa

SCIELO	SANTOS, G.R.D. <i>et al.</i> ²⁴	Avaliação do monitoramento rápido de coberturas vacinais na Região Ampliada de Saúde Oeste de Minas Gerais, 2012	Epidemiologia e Serviços de Saúde	2016	Estudo epidemiológico descritivo
LILACS	RODRIGUES, M.A.F. ²⁵	Vigilância das coberturas vacinais em crianças menores de um ano em município baiano: Relato de Experiência	Revista Baiana de Saúde Pública	2016	Relato de experiência
BDEF	AGUIAR, M.F. <i>et al.</i> ²⁶	Vacinação contra hepatite B e fatores associados entre profissionais da enfermagem de um hospital universitário	Revista de enfermagem da UERJ	2017	Estudo transversal e analítico com abordagem quantitativa
BDEF	IWAMOTO, K.O.F. <i>et al.</i> ²⁷	Estratégia de vacinação contra HPV	Revista de enfermagem UFPE	2017	Estudo quantitativo, epidemiológico, descritivo e de base populacional
BDEF	FERREIRA, A.V. <i>et al.</i> ²⁸	Acesso à sala de vacinas da Estratégia Saúde da Família: aspectos organizacionais	Revista de enfermagem UFPE	2017	Estudo qualitativo do tipo estudo de caso
LILACS	TEIXEIRA, V.B. <i>et al.</i> ²⁹	Os desafios do profissional de enfermagem para uma cobertura vacinal eficaz	Revista Nursing	2019	Revisão qualitativa descritiva
LILACS	SILVA, R.G.M.; NASCIMENTO, V.F. ³⁰	Cobertura Vacinal entre Acadêmicos de Enfermagem	Journal of Health Sciences	2017	Pesquisa transversal, exploratória e descritiva
SCIELO	SILVA, A.T.P. <i>et al.</i> ³¹	Cumprimento do esquema vacinal em crianças internadas por pneumonia e fatores associados	Revista de Saúde Pública	2018	Estudo transversal, descritivo com componente analítico
LILACS	SATO, A.P.S. ³²	Qual a importância da hesitação vacinal na queda das coberturas vacinais no Brasil?	Revista de Saúde Pública	2018	Estudo de reflexão

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

to são o retorno de epidemias de doenças imunopreveníveis e a ameaça de recrudescência de doenças já erradicadas^{19,20,21}.

Com relação à administração da vacina, existe um receio por parte da população de que o número elevado de imunizantes aplicados concomitantemente sobrecarregue o sistema imunológico, principalmente em crianças^{22,23}. No entanto, a simultaneidade de esquemas permite que, em uma mesma oportunidade, a criança seja vacinada com maior número de vacinas e, conseqüentemente, que haja proteção para um maior número de doenças. Para reverter esse entendimento equivocado, é necessário que o profissional baseie sua prática em evidências científicas, levando educação em saúde para os adeptos a este pensamento, esclarecendo que a prática não interfere na imunidade do vacinado e nem provoca prejuízos à saúde^{24,25}.

Outro elemento que está atrelado a essa realidade é o medo de injeção. A partir dos resultados do seu estudo, que o medo da injeção ainda dificulta a busca pela vacina, tornando o público mais ansioso quanto à prática de imunoprevenção^{25,26,27}. Assim, se faz necessário deixar claro para o público-alvo que as reações fisiológicas ao medo da furada da agulha é uma reação de ordem psicológica ou emocional ao contrário de efeitos adversos pós vacinação.

O horário de funcionamento dos serviços de imunização também foi detectado como um aspecto importante que pode ter influenciado a redução da cobertura vacinal no Brasil. Os horários disponíveis não são compatíveis com a jornada de usuários inseridos no mercado de trabalho formal, principalmente com o das mães em condição de responsável legal, sendo o reflexo do alto índice de mulheres no mercado de trabalho²⁷. O estudo traz ainda a demora de atendimento como um fator impediante na busca da vacinação. Outros autores ressaltam essa dificuldade, o que leva a entender que é algo presente uniformemente nas regiões brasileiras.

Corroborando com isso, a falta de tempo e a demora como o principal obstáculo para a efetiva imunização da população.

Entretanto, já é perceptível a implementação de ações que possam minimizar o impacto de tal problemática, a exemplo do Programa Saúde na Hora²⁶. Esse programa foi instituído com objetivo de implementar o horário estendido de funcionamento em serviços como as Unidades de Saúde da Família (USF) e Unidades Básicas de Saúde (UBS), buscando ampliar o acesso à ações e serviços de saúde²⁷.

As barreiras apresentadas podem contribuir para a dificuldade de acesso e conseqüentemente a não adesão da população às iniciativas de vacinação, como também a não efetividade devido a vulnerabilidade dos imunobiológicos frente à má gestão. Logo, a ausência de um serviço de imunização adequado também vem favorecer a ocorrência de uma baixa cobertura vacinal. Diante disso, fatores como a infraestrutura precária das salas de vacina e uso inadequado de geladeiras domésticas comprometem a eficácia e proteção dos imunobiológicos e a efetiva imunização da população^{25,26}.

Soma-se a isso, a pouca sensibilização e instrução dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) para busca ativa de crianças não vacinadas. Neste estudo, menos da metade das crianças residentes em áreas cobertas por ACS têm cobertura vacinal completa. Este resultado leva à necessidade de uma urgente sensibilização e capacitação desses profissionais, pois eles têm a condição de fazer busca ativa de todas as crianças não vacinadas, uma vez que atuam realizando diretamente no território, por meio das visitas domiciliares^{21,22}.

Ainda no que se refere à capacitação dos recursos humanos, a dificuldade com o manejo dos sistemas de informação é um desafio secundário da falta de preparo dos profissionais, e mudanças nesse segmento podem ter influenciado a redução da cobertura vacinal no Brasil. O Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações, além de equipamentos e logística, depende de pessoal treinado para realizar a sua adequada alimentação e organização para um registro da real situação vacinal²⁷.

No que diz respeito à diminuída busca pela vacinação observada atualmente, as medidas de isolamento social influenciam diretamente na promoção da vacinação por parte do PNI. Com isso, torna-se imprescindível que se realizem pesquisas com o intuito de analisar o impacto da pandemia de COVID-19 na cobertura vacinal no SUS e traçar estratégias de intervenção que possam reverter suas conseqüências. Essa é uma realidade já exposta em estudos desenvolvidos em outros países, onde foi possível verificar que o distanciamento social pode se somar ao fator mais comum no impacto negativo das coberturas vacinais vigente, que é a hesitação vacinal^{22,23}.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notória a existência de inúmeros desafios a serem enfrentados pelo programa para a sistematização efetiva de uma política nacional de vacinação que possa alcançar toda a população brasileira, garantindo uma maior adesão à vacinação, elevando as coberturas vacinais e atuando verdadeiramente no controle e erradicação de doenças imunopreveníveis.

Assim, espera-se que o estudo traga significativas contribuições para a comunidade acadêmica, bem como para os gestores, profissionais e usuários do SUS, na perspectiva de subsidiar evidências que possam sensibilizá-los sobre a necessidade transformar a realidade brasileira frente aos fatores que interferem na cobertura vacinal e seus impactos, entendendo o protagonismo que cada um possui para que a verdadeira mudança desse cenário seja possível e o cuidado em saúde, através da imunização, possa ser potencializado.

REFERÊNCIAS

- 1.Opas. Organização Pan-Americana da Saúde. 160ª sessão do comitê executivo- tema 7.8- f da agenda provisória: Plano de ação para imunização: revisão intermediária, Washington, d.c., 2017.
- 2.Brasil. Ministério da Saúde. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação / Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- 3.Araújo BGS. et al. Práticas assistidas sobre imunização na atenção primária: relato de experiência. *Rev Enferm UFPE on line.* v.13, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5205/1981-8963.2019.241656>.
- 4.Domingues CMAS. et al. 46 anos do Programa Nacional de Imunizações: uma história repleta de conquistas e desafios a serem superados. *Cad. de saúde pública.* v.36. Out. 2020.
- 5.Brasil. Ministério da Saúde. Calendário Nacional de Vacinação. Governo Federal, 2021.
- 6.Brasil. Ministério da Saúde. Coberturas vacinais no Brasil período 2010-2014. Secretaria de vigilância em saúde - Brasília, 2015.
- 7.Cruz A. A queda da imunização no Brasil. *Saúde em foco. Revista Consensus*, ed. 25 de outubro, novembro e dezembro de 2017.
- 8.Mendes KDS; Silveira RCCP; Galvão CM. Revisão Integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto e contexto em Enfermagem, Florianópolis - SC*, v.17, n.4, p.758-764, out./dez. 2008.
- 9.Liberati A. et al. The PRISMA statement for reporting systematic reviews and meta-analyses of studies that evaluate healthcare interventions: explanation and elaboration. *US National Library of Medicine National Institutes of Health. BMJ.* 2009; 339: b2700. Published online 2009 Jul 21.
10. Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Normas para pesquisa envolvendo seres humanos (Res. CNS 466/12 e outros). Brasília, DF, 2012.
- 11.Arrelias CCA. et al. Vacinação em pacientes com diabetes mellitus na atenção primária à saúde: cobertura e fatores associados. *Rev Gaúcha Enferm.* 2017; v. 38, n.3.
- 12.Martins TJ et al. O cotidiano na sala de vacinação: vivências de profissionais de enfermagem. *Av Enferm.* 2019; v. 37, n.2, P. 198-207.
- 13.Viegas SMF. et al. Preciso mesmo tomar vacina? Informação e conhecimento de adolescentes sobre a vacinas. *Av Enferm.* 2019; v. 37, n. 2. p. 217-226.
- 14.Pereira GF. et al. Estratégias para a continuidade das imunizações durante a pandemia de COVID-19 em Tucuruí, PA. *Revista Nursing.* 2021; v.24, n.272, p. 5162-5166.
- 15.Silva FS. et al. Incompletude vacinal infantil de vacinas novas e antigas e fatores associados: coorte de nascimento BRISA, São Luís, Maranhão, Nordeste do Brasil. *Cad. Saúde Pública.* v. 34, n. 37. 2018.
- 16.Sato APS. et al. Cobertura vacinal e fatores associados à vacinação contra influenza em pessoas idosas do Município de São Paulo, Brasil: Estudo SABE 2015. *Cad. de saúde pública.* v. 36, n. 14, e00237419, Dez. 2020.
- 17.Fonseca KR; Buenafuente SMF. Análise das coberturas vacinais de crianças menores de um ano em Roraima, 2013-2017. *Epidemiol. Serv. Saúde.* vol.30, n 2. 18p. Brasília, 2021.
- 18.Brito WI; Souto FJD. Vacinação universal contra hepatite A no Brasil: análise da cobertura vacinal e da incidência cinco anos após a implantação do programa. *Rev. Brasileira de Epidemiologia*, v.23, e200073. Jul. 2020.
- 19.Moura LL. et al. Cobertura da vacina papilomavírus humano (HPV) no Brasil: heterogeneidade espacial e entre cortes etárias. *Rev. Brasileira de Epidemiologia*, 2021, v.24.
- 20.Barcelos RS. et al. Cobertura vacinal em crianças de até dois anos de idade beneficiárias do Programa Bolsa Família, Brasil. *Epidemiologia e Serviços de Saúde [preprint]*. 2021.
- 21.Santos GRD. et al. Estratégias para a continuidade das imunizações durante a pandemia de COVID-19 em Tucuruí, PA. *Rev. Brasileira de Epidemiologia*, 2016. v. 25, n.1. p.55-64.
- 22.Rodrigues MAF. Vigilância das coberturas vacinais em crianças menores de um ano em município baiano: Relato de Experiência. *Revista Baiana de Saúde Pública.* v. 40, supl. 2, p. 156-165. abr./jun. 2016.
- 23.Aguiar MF. et al. Vacinação contra hepatite B e fatores associados entre profissionais da enfermagem de um hospital universitário. *Revista Enfermagem UERJ*, Rio de Janeiro, v.25:e18856; 2017.
- 24.Iwamoto KOF. et al. Estratégia de vacinação contra HPV. *Rev Enferm UFPE on line*, v.11, n.12, Recife, 2017: 5282-5288.
- 25.Teixeira VB. et al. Os desafios do profissional de enfermagem para uma cobertura vacinal eficaz. *Revista Nursing.* v. 22, n.251. p. 2862-2867. 2019.
- 26.Silva RGM; Nascimento VF. Cobertura Vacinal entre Acadêmicos de Enfermagem. *Journal of Health Sciences*, 2017; v. 19, n.4, p. 268-273.
- 27.Sato APS. Qual a importância da hesitação vacinal na queda das coberturas vacinais no Brasil? *Revista de Saúde Pública.* [S. l.] , v. 52, p. 96, 2018. DOI: 10.11606 / S1518-8787.2018052001199